



Saquarema, 05 de janeiro de 2026.

Ofício nº 006/2026

Câmara Mun. Saquarema  
Protocolo nº 007

Assunto: **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 203/2025

15 JAN 2026

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para, no exercício da prerrogativa prevista no § 1º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema, apor **VETO TOTAL** ao **Projeto de Lei nº 203/2025**, que dispõe sobre o tombamento e a preservação da Lagoa das Marrecas, situada no Distrito de Barra Nova, como Patrimônio Cultural, Ambiental, Natural, Histórico, Científico e Imaterial do Município de Saquarema.

Inicialmente, cumpre registrar o inegável valor ambiental, histórico e cultural da Lagoa das Marrecas, bem como a legítima preocupação do Poder Legislativo com sua preservação. Trata-se de bem de relevante interesse coletivo, cuja proteção é compatível com os princípios constitucionais da defesa do meio ambiente e da tutela do patrimônio cultural.

Todavia, não obstante a elevada finalidade da proposição, o projeto incorre em vício de ordem jurídico-constitucional, relacionado à competência para a prática do ato de tombamento, o que impõe o reconhecimento da sua incompatibilidade com o ordenamento jurídico vigente.

O tombamento constitui, por sua própria natureza, ato administrativo complexo, que demanda prévia instrução técnica, realização de estudos especializados, avaliação de impactos, instauração de procedimento administrativo regular, garantia do contraditório e da ampla defesa aos eventuais interessados, além da análise criteriosa dos efeitos jurídicos e patrimoniais decorrentes da restrição imposta ao bem protegido. Por essa razão, a competência para a prática do tombamento é atribuída primordialmente ao Poder Executivo, a quem incumbe a condução da Administração Pública e a execução das políticas de proteção ao patrimônio cultural e ambiental.

É certo que o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que o Poder Legislativo pode, excepcionalmente, promover o tombamento por meio de lei. Contudo, a própria jurisprudência da Corte delimita essa possibilidade ao tombamento de natureza provisória, justamente por carecer, no âmbito legislativo, da estrutura técnica e procedimental necessária à formação do ato administrativo definitivo.

Dessa forma, o projeto extrapola os limites reconhecidos pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, avançando sobre atribuições típicas e exclusivas do Poder Executivo, caracterizando indevida ingerência do Legislativo na esfera administrativa e violando o princípio da separação dos poderes.

Ressalte-se que a preservação da Lagoa das Marrecas pode e deve ser promovida por meio dos instrumentos administrativos próprios, mediante a instauração de processo de tombamento conduzido pelo Poder Executivo, com respaldo técnico, participação social e observância do devido processo legal, garantindo-se, assim, uma proteção efetiva, sustentável e juridicamente segura.

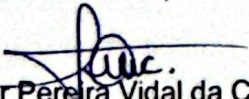




Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
GABINETE DA PREFEITA

Diante do exposto, **VETO TOTALMENTE** o Projeto de Lei nº 203/2025, com fundamento na incompetência do Poder Legislativo para instituir tombamento definitivo e na violação ao princípio da separação dos poderes, nos termos do § 3º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema.

Cordialmente,

  
Lucimar Pereira Vidal da Costa  
Prefeita

Exmo. Sr.  
Odinei Garcia Ramos  
Presidente da Câmara Municipal de Saquarema

[Câmara Mun. Saquarema]  
Protocolo nº 007

15 JAN 2025

[Funcionário]  
